

# Outras Palavras Sobre Autoria e Plágio

atlas

MARCELO KROKOSZ

**OUTRAS PALAVRAS**  
**sobre AUTORIA e PLÁGIO**

SÃO PAULO  
EDITORA ATLAS S.A. – 2015

# 1

## Plágio: um assunto complexo e desafiador

Em torno do séc. I a. C., havia uma prática social criminosa entre os romanos cujas vítimas eram cidadãos que tinham poucos vínculos familiares ou não eram muito conhecidos socialmente, geralmente ex-escravos que haviam conquistado a liberdade. Tais sujeitos corriam o risco de cair nas mãos de um sequestrador (*plagiarius*, no idioma latino da época), e assim passavam de homens livres a escravos. Como não haveria ninguém para reclamá-los publicamente, essas pessoas tornavam-se propriedade alheia e objeto de uso ou negociação. Visando proteger tais cidadãos vulneráveis, o Direito Romano criou a *Lex Fabia et Plarigiis*, a partir da qual a expressão *plagium*<sup>1</sup> passou a corresponder à apropriação indevida de algo alheio (MANSO, 1987, p. 9). Assim surge historicamente a conotação do plágio como uma forma de propriedade fraudulenta, desonesta, dissimulada, que passou a ser regulada por lei específica. Entretanto, Manso (1997) observa que provavelmente foi o poeta romano Marcial<sup>2</sup> (40? d. C. – 104? d. C.) quem inicialmente recorreu à dita lei para reivindicar a propriedade não sobre alguém, mas de sua obra: certos poemas que estavam sendo declamados por um tal Fidentine como se fossem dele.

<sup>1</sup> Em grego, “plágios, a, on oblíquo, que não está em linha reta, que está de lado; transversal, inclinado, p. ext. que usa meios oblíquos; equívoco, velhaco” (HOUAISS, 2009).

<sup>2</sup> Marcial é a adaptação do nome latino do poeta Marcus Valerius Martialis.

Essa impressão é procedente, pois na tese desenvolvida por Leite (2008) sobre a obra de Marcial, a pesquisadora destaca que o poeta repetidas vezes refere-se a uma visada categoria de maus declamadores constituídos por fingidores que apresentavam poemas alheios como próprios. Por exemplo, verifica-se que no Epigrama 29 do livro I, Marcial dirige-se a Fidentine, seu alvo preferido, recomendando que caso tenha o desejo de ser reconhecido como o autor dos poemas alheios que estava declamando, que então os comprasse (MARTIALIS, 1867).

Depois de ironizar seus copiadores, Marcial procura o que pode ser considerado seus “direitos autorais”, recorrendo às autoridades romanas da época:

Commendo tibi, Quinctiane, nostros, Nostros dicere si tamen libelos possim, quos recitat tuus poeta. Si de servitio gravi queruntur, assertor venias, satisque praestes, et cum se dominum vocatibille, dicas esse meos, manuquemissos. Hoc si ter que qua ter que clamitaris, Impones plagiário pudorem (MARTIALIS, 1867).

A versão traduzida foi recolhida da obra de Manso:

Eu lhe recomendo meus versos, Quintiano, se é que eu posso denominá-los assim, desde que eles são recitados por certo poeta que se diz seu amigo. Se (meus versos) se queixam de sua penosa escravidão, seja o seu defensor e o seu apoio; e se esse outro (poeta) se diz ser seu dono, declare que (os versos) são meus e que eu os publiquei. Se isto é proclamado repetidas vezes, você imporá vergonha ao plagiário (MANSO, 1987, p. 11-12).

Além do Epigrama 53, no Livro I, o poeta Marcial expressa sua indignação com o *plagium* de sua obra no Epigrama 54, referindo-se ao plagiário como ladrão: *fur es* (MARTIALIS, 1867, p. 24).<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Os trabalhos elaborados por Manso (1997), Chistofe (1996) e Leite (2008) apresentam uma numeração diferente para os epigramas mencionados neste trabalho. Entretanto, observa-se que a numeração adotada aqui corresponde à consulta à fonte original reeditada (MARTIALIS, 1867) o que nos parece ser mais fidedigno.

Fica assim descrita a origem dos termos que caracterizam o objeto e sujeito em estudo neste trabalho: *plagium/plagiarius*. Enfatiza-se a correlação histórica que há entre plágio e fraude, o que é verificável nas definições do verbete na atualidade. De acordo com o *Dicionário Houaiss* (2009), plágio é o “ato ou efeito de plagiar; apresentação feita por alguém, como de sua própria autoria, de trabalho, obra intelectual etc. produzido por outrem”, definição semelhante a que é encontrada no *Dicionário Aurélio*: “Assinar ou apresentar como seu (obra artística ou científica de outrem). Imitar (trabalho alheio)” (FERREIRA, 1986, p. 249). De acordo com o *Cambridge dictionary*, *plagiarize* significa “usar (ideia de outra pessoa ou uma parte do trabalho dela) e fingir que isto é seu” (CAMBRIDGE, 1995, p. 1.074, tradução nossa).<sup>4</sup> No *Oxford Dictionary* o termo *plagiarism* corresponde a “apropriação ilegal e publicação como se fosse própria” (ONIONS, 1996, p. 685).<sup>5</sup> Encontramos ainda acepções do termo nos dicionários internacionais conforme levantamento realizado por Christofe (1996):

*Plagium*: vol d’homme, plagiat. Emprunt du gr. plágion. De lá: *plagiarius* (clas.) qui mancipium uel pecus alienum distrahit seducendo [...]; qui induce pueros et seducit servos. Le sens de “plagiaire” apparait dans Martial I, 53. (ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire Etymologique de La Langue Latine*. Paris, Klincksieck, 1951).

*Plagiarius*: 1. Est qui mancipia aliena sollicitat, cellat, supprimit, item qui liberum hominem sciens emit, abducit, inuitum in servitute retinet. 2. Transfertum as eum qui alieni libri se auctorem praedicat. V. Marcial. (FORCELLINI, *Lexicon Totius Latinitatis*, 1940).

*Plagiaire*: [...] Personne qui utilise les ouvrages d’autrui en les démarquant et en s’en appropriant le mérite. Contrefacteur, copiste, pillard, piller, pirate. (LE ROBERT, *Dictionnaire de La Langue Française*, 1985).

*Plàgion* (pl.àgi): appropriazione dell’opera o di parte di un opera artistica, letteraria o scientifica altrui, per spacciarla

<sup>4</sup> “To use (another person’s idea or a part of their work) and pretend that it is your own” (CAMBRIDGE, 1995, p. 1.074).

<sup>5</sup> “Appropriation and publication as one’s own” (ONIONS, 1996, p. 685).

como propria/ p. est. Anche l'opera plagiata/ T. stor. Reato di chi comprava um uomo libero i lo teneva o vendeva per servo, o di chi traficava e persuadiva alla fuga il servo altrui./ T. giur. Reato di chi sottopone alcuno al próprio potere, in completa soggezione. (PALAZZI, F. *Dizionario della Lingua Italiana*, 1980). (apud CHRISTOFE, 1996, p. 22-23).

Observa-se em todas as definições que o plágio é entendido como uma modalidade de fraude, caracterizado pela apropriação de obra alheia, na qual estão envolvidos basicamente dois sujeitos: o autor original e o plagiário reproduzidor. Entretanto, cabe discutir que esta conotação do plágio tem alcance insuficiente em relação aos seus desdobramentos e implicações no meio acadêmico. Entenda-se o porquê: do ponto de vista jurídico, a ideia convencional de que o plágio é um roubo de autoria é o princípio do qual são derivadas as legislações, que visam à proteção dos direitos do autor como, por exemplo, no Brasil: a Constituição Brasileira de 1988 estabelece que “aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras [...]” (BRASIL, 1988); a lei brasileira dos Direitos Autorais (BRASIL, 1998) considera contrafação reproduzir qualquer obra sem autorização do respectivo autor; e o Código Penal estabelece que o crime de violação de direito autoral ou conexos pode ser punido com multa ou detenção de três meses a um ano (BRASIL, 2008).

Em todos esses casos, fica resguardado o direito de uma pessoa física ou jurídica que tendo concebido originalmente uma obra (intelectual, artística, tecnológica, comercial etc.), a mesma não venha a ser usurpada por outrem e apresentada como própria. Nesse caso, o autor que se sentir lesado tem o direito preservado de recorrer à justiça. Há inúmeros casos relacionados a isso acontecendo ao mesmo tempo ao redor do mundo nas diferentes áreas, mas principalmente naquelas que envolvem interesses financeiros, como a guerra da Apple contra a Samsung na justiça americana por infração de patentes; a denúncia da empresa brasileira de cosméticos Natura no Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) contra uma linha de produtos da concorrente Jequití; e o caso em análise no Instituto Nacional de

Propriedade Intelectual envolvendo a empresa Diageo e um grupo de fabricantes brasileiros de cachaça artesanal.

Contudo, da mesma maneira que a legislação garante a preservação dos direitos autorais de quem cria obra original, permite que o autor autorize, ceda, venda sua obra a terceiros, enfim, utilize a sua obra da forma que quiser, o que juridicamente é entendido como direito patrimonial da obra. Entretanto, o direito moral sobre a criação é entendido pela Lei como algo indistituível, pois na tradição jurídica é consolidada “a verificação de que é geral o reconhecimento puro e simples de que a paternidade só pode ser atribuída ao criador da obra [...]” (CHAVES, 1995).

Sendo assim, pode-se ironicamente conceber que o autor de um trabalho acadêmico – uma obra intelectual –, pode ceder para um amigo tal relatório de pesquisa para que ele o utilize como desejar. Então, esse amigo apropria-se desse trabalho feito por outra pessoa (que abriu mão dos seus direitos) e apresenta para uma disciplina ou instituição de ensino, como se fosse dele. É o que acontece também com os indivíduos que compram trabalhos feitos por empresas cujo negócio é justamente esse: produzir e vender trabalhos acadêmicos. Tais trabalhos são apresentados para professores e instituições como resultados do esforço acadêmico daquele que se apresenta como autor, quem ganhou ou pagou pelo trabalho e pode chamá-lo de seu, mesmo considerando a intransmissibilidade da autoria moral, pois como o jurista Antônio Chaves (1995, p. 278) bem observou, é “fato que escritores ‘fantasmas’ sempre existiram e continuarão pelo tempo afora, numa prática cada vez mais frequente e difícil de ser reprimida” e tais pessoas não se importam de maneira alguma com a alienação moral de sua criação, pois o interesse material sobrepõe-se ao reconhecimento da autoria. Acrescenta-se a isto a perenidade da observação de Chaves (1995), de que um autor fantasma invariavelmente não assume ser o criador de uma obra apresentada por outro porque assim perderia a reputação de seu trabalho diante da clientela que poderia temer a qualquer momento semelhante reivindicação da autoria.

Portanto, parece claro que na circunstância de um trabalho acadêmico cedido por um amigo ou mesmo comprado de tercei-

ro e que passa a ser apresentado como próprio, a aplicação da lei é inócua, pois o autor original não reivindica seu direito, pois de livre e espontânea vontade fez com a sua obra o que queria. Portanto, juridicamente não há problemas ou implicações envolvidas, pois a prática apresentada é de comum acordo e, conseqüentemente, não poderia ser taxada de plágio: não existe um autor reclamando seu direito! Não obstante, fica explícita na situação apresentada a condição de fraude, o que não tem a ver com o autor e nem com o reproduzidor, mas especialmente com o leitor, ou seja, o professor ou a instituição que recebe o trabalho entregue por um acadêmico pressupõe que o mesmo seja expressão e resultado de seu esforço e desenvolvimento intelectual. Na academia, considera-se que a obra entregue por alguém identificada com o seu nome corresponde à sua autoria. Contudo, nessas circunstâncias, isso não é verdadeiro. Há que se recorrer nesse caso ao sentido grego do termo que identifica o plágio com o termo oblíquo, àquilo que não está em linha reta, está enviesado, fora de foco, por extensão, algo equivocado, velhaco (HOUAISS, 2009).

Então, cabe discutir é que o problema do plágio no âmbito acadêmico tem menos a ver com os aspectos jurídicos (cumprimento das leis) e diz respeito mais aos princípios éticos envolvidos. Dessa forma, argumenta-se que um trabalho acadêmico cedido por terceiros é apresentado como sendo o próprio constituidor do plágio, entendido como uma fraude, uma desonestidade, um ato de má-fé, que ocorre porque quem recebe o trabalho acredita que o responsável autoral é o acadêmico que entrega a obra intelectual como própria, caracterizando materialmente suas habilidades e competências em relação ao conhecimento, mas que verdadeiramente não lhe pertence, não o identifica. Conseqüentemente, tal dissimulação desdobra-se na enganação do professor que acompanha o trabalho, na fragilização do processo de avaliação, na obstrução da crença na seriedade do ensino e da aprendizagem e no comprometimento da credibilidade e reputação da instituição. Todas essas conseqüências indesejáveis e prejudiciais até poderiam ser enquadradas judicialmente como crime de falsidade ideológica do pseudônimo, mas acima de tudo são ações que não escapam ao crivo



da reprovação pública, pois caracterizam aqueles tipos de coisas consensualmente inaceitáveis.

As considerações apresentadas até aqui esclarecem que o plágio é um fenômeno antigo, que se manifesta na sociedade em diferentes áreas e situações, mas adquire contornos específicos no meio acadêmico. Nessa área, inclusive, tem sido observado o plágio como um problema que foi intensificado pela sociedade da informação, devido ao desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, bem como de equipamentos e procedimentos facilitadores no acesso e utilização de conteúdos (HANSEN, 2003; TOWNLEY; PARSELL, 2005; MCCORD, 2008).

Contudo, da mesma forma que a prática de copiar e colar foi amplificada com o avanço tecnológico, as possibilidades de detecção do plágio também aumentaram. A Internet vem se constituindo como a vitrine da humanidade, onde boa parte do cotidiano da vida das pessoas se desenrola, seja nos círculos de amizade, nas relações profissionais, nas operações bancárias ou comerciais, bem como na circulação de ideias e exposição da produção de conhecimentos. Então, por meio da rede mundial de computadores, hoje se tornou muito mais fácil acessar e obter informações diversificadas e relacionadas às pessoas. Foi por meio da Internet que o mundo inteiro ficou sabendo que parte da tese de doutorado do ex-ministro da defesa alemão, Karl Theodor-zu Guttenberg tinha sido plagiada (G1, 2011); foram levantadas suspeitas de plágio na tese de doutorado do presidente húngaro Pál Schmitt defendida há mais de 20 anos levando-o a renunciar (PRESIDENTE, 2012); e foi constatada reprodução de imagens de microscópio eletrônico em um trabalho científico publicado em 2007 por uma doutora recém-titulada (TAKAHASHI, 2011). Esses casos também são adequados para notar que o plágio acadêmico é um problema global e atinge pessoas em diferentes posições.

Enfim, todos esses fatores arrolados até aqui parecem suficientemente demonstrar que o fenômeno em discussão é um assunto que requer pelo menos duas linhas diferentes de abordagem: é um problema complexo e desafiador.

## 1.1 O plágio como um assunto complexo e desafiador

Estudos realizados sobre o plágio acadêmico já verificaram que estudantes e pesquisadores compartilham minimamente a clareza conceitual sobre o que é considerado plágio, apesar de demonstrarem dificuldades para identificá-lo ou distingui-lo a partir de exemplos de textos que configuram plágio (FACHINI; DOMINGUES, 2008; BARBASTEFANO; SOUZA, 2008; KROKOSZ; PUTVINSKIS, 2013). A partir daí já se pode perceber que o problema é mais complexo do que parece e em função disto, descreve-se a seguir uma breve taxonomia do plágio. Inicialmente, observa-se o plágio como um fenômeno que pode ser classificado em áreas suscetíveis, níveis de ocorrência, categorias de envolvimento e tipologia de manifestação. A partir da análise de cada uma dessas categorias fica evidente a complexidade que caracteriza o fenômeno do plágio.

### 1.1.1 Áreas de ocorrência do plágio

A primeira classificação sugerida refere-se às áreas suscetíveis à ocorrência do plágio. A mais antiga delas ocorre na literatura, área na qual o poeta Marcial foi o pioneiro na observação de que sua obra estava sendo apresentada por outros como se fossem deles. A partir de então, durante toda a história até os dias atuais, o plágio continua a ser um problema na área da literatura. Autores famosos na literatura já estiveram envolvidos em casos de plágio. Diz-se que 80% da obra *Ricardo III* de Shakespeare foi plagiada (SCHNEIDER, 1990, p. 50), que Alexandre Dumas pagava a colaboradores para que escrevessem parte de suas obras, chegando a suspeitar-se que a totalidade de *Os três mosqueteiros* tenha sido escrita por outros, mas apresentada publicamente como se fosse de Dumas (CHAVES, 1995, p. 280) e muitos casos de plágio de obras de autores consagrados como Olavo Bilac, Malba Tahan, Eça de Queiroz entre outros são detalhadamente apresentados por Décio Valente (1986). Na música e no cinema há casos atuais repercutindo na mídia, envolvendo artistas como Angelina Jolie, a ban-

da Coldplay e a apresentadora Xuxa Meneghel. Nos negócios, a apropriação indevida de obra alheia refere-se ao uso de marcas registradas, patentes, inovações tecnológicas etc. Durante o ano de 2012 vieram a público os casos envolvendo as empresas Apple × Samsung, Natura × Jequití e a Cachaça João Andante × Diageo. Em 2012, também aconteceu o II Seminário *Fashion Law* no Brasil, evento criado com a finalidade de discutir direito autoral na área da Moda fomentando a reflexão e a informação sobre a importância da preservação do direito de criação de joias, perfumes, roupas etc. Também no campo do jornalismo o assunto vem se tornando uma preocupação e demandando reflexão por meio de organismos relacionados à atividade dessa classe profissional (MARCOVIK, 2012).

Em todas essas áreas a percepção do plágio está relacionada diretamente às leis de direitos autorais que visam proteger as obras e seus criadores da apropriação indevida por outros, que no caso brasileiro corresponde à Lei 9.610/98. Em geral, do ponto de vista jurídico, a autoria e o plágio referem-se a dois personagens: o autor × o contrafator. Do ponto de vista jurídico, o autor é quem possui o direito patrimonial e moral sobre a obra criada.

Os direitos autorais são de natureza complexa, porque envolvem aspectos morais, como, por exemplo, o direito de reivindicar a autoria de uma obra ou de mantê-la inédita, e aspectos patrimoniais, como o direito de receber os seus frutos econômicos. Como direitos morais, os direitos autorais são, por sua própria natureza, intransmissíveis a terceiros e de natureza não econômica. Como direitos patrimoniais, são transmissíveis a terceiros e de natureza econômica, e somente esses aspectos patrimoniais do direito do autor cessam, decorridos setenta anos da publicação da obra. Essa ambiguidade gera a necessidade de se recorrer a técnicas de proteção com algumas peculiaridades. No Brasil, essas técnicas estão previstas na Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/1998) e no Código Penal (Decreto-lei 2.848/1940) (GALUPPO, 2011).

**Quando a obra do autor é apresentada por outro (plagiador) como se fosse própria, sem que o autor original seja recom-**

pensado patrimonialmente pelo uso de sua obra e sem que seu nome seja vinculado a tal obra por meio da atribuição de criação mediante citação de seu nome (reconhecimento moral), configura-se assim o que é chamado de contrafação, isto é, a reprodução não autorizada (art. 5º, VII), dispositivo legal por meio do qual se protegem os direitos morais e patrimoniais do criador de obra intelectual, artística, industrial etc. É considerado contrafação.

a pirataria, a apropriação de obra alheia e o plágio. A pirataria viola primariamente direitos patrimoniais do autor da obra, e consiste na comercialização de cópias não autorizadas da mesma. A apropriação de obra alheia e o plágio violam direitos morais ligados à autoria da obra (GALUPPO, 2011, p.1)

Então, assim ficam protegidos legalmente a obra e o autor da usurpação seja material ou simbólica, que pode ser cometida por outra pessoa. É dessa maneira que se legitima a possibilidade que os autores têm de reivindicar juridicamente o direito a sua proteção e de sua obra nas diferentes áreas até aqui mencionadas.

Isso também vale para o âmbito científico/acadêmico, contudo observa-se nessa área uma especificidade que vai além do alcance da lei. Embora o direito de criador de obra intelectual seja protegido pelas mesmas leis de direitos autorais que defendem os autores de literatura, artes etc., no processo de criação e apresentação de uma obra científica há a existência e participação de um terceiro personagem: o leitor.

Enquanto nas áreas comerciais, artísticas, industriais, entre outras, o recurso jurídico é acionado prevalentemente pelo autor que reivindica seus direitos apropriados de forma indevida por um contrafator, na área acadêmica a fraude também se constitui pela dissimulação da autoria, cujo escopo fundamental é enganar o leitor quem recebe a obra científica do plagiador sem saber que ele não é o criador da mesma. Do ponto de vista jurídico pode ser que isto não implique em uma ilegalidade se se considera que o autor original pode ceder seus direitos de criação da obra a outra pessoa, por exemplo, um amigo, ou vender a alguém que esteja interessado em comprar seus serviços de

redação, situações que podem ser exemplificadas pelo compartilhamento de trabalhos entre amigos e pela comercialização de trabalhos acadêmicos, facilmente encontrados na Internet.

Então, se o autor vende ou cede os direitos patrimoniais de sua obra a uma outra pessoa com o pacto de não reclamar judicialmente e ainda que o art. 27 da Lei 9.610/98 legisle que “os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis”, se o mesmo autor não exige que seu nome seja indicado na obra, parece não haver juridicamente o que possa ser feito, pois aí se constitui o papel do *ghost-writer*, a condição de escritor fantasma assinalada pelo jurista Antônio Chaves como uma categoria de escritores que “sempre existiram e continuarão pelo tempo afora, numa prática cada vez mais frequente e difícil de ser reprimida” (CHAVES, 1995, p. 278).

Contudo, na área acadêmica, se considera plágio um relatório de pesquisa entregue em nome de uma determinada pessoa para um professor, orientador, editor ou instituição, sem que eles saibam que tal trabalho foi feito por outra pessoa, diferente da indicada no trabalho. Da mesma forma se considera plágio (fraude) a compra de trabalhos acadêmicos feitos por outros, e que são entregues como se tivessem sido redigidos por quem os está entregando. Em ambas as situações, o autor original abre mão de seus direitos patrimoniais e não reivindica seus direitos morais em nome da amizade que tem com o **contrafator** ou simplesmente porque vendeu esses direitos por um valor combinado reciprocamente. Contudo, quem recebe o trabalho (o **leitor**) não sabe desses acertos e julga que o criador da obra é quem a está entregando constituindo-se assim uma fraude na qual o leitor é o principal prejudicado.

Assim, fica evidenciado que o plágio pode acontecer nas mais diversas áreas, contudo adquire uma especificidade na área acadêmica, tornando-o um problema que extrapola o alcance da lei, configurando-o com uma complexidade que não se trata simplesmente de uma questão jurídica, pois como observa o advogado Eduardo Senna “nem a universidade nem o professor podem entrar com uma ação contra o aluno. O dono da obra é quem pode processar. Por isso que é muito difícil de coibir isso e a história fica só no meio acadêmico” (UNIVERSIA, 2005).

Considerando esta distinção do plágio no âmbito acadêmico e aprofundando a reflexão, pode-se constatar o aumento da complexidade relacionada a este fenômeno, pois dependendo do nível acadêmico, os aspectos que caracterizam o plágio adquirem nuances particularizadas.

### 1.1.2 Níveis de ocorrência do plágio no âmbito acadêmico

Aprofundando a reflexão sobre a complexidade do plágio na área acadêmica, pode-se verificar que nos diferentes níveis de ensino (educação básica, ensino de graduação, ensino de pós-graduação) e pesquisa, o plágio acadêmico tem características diferentes, identificáveis a partir da peculiaridade das formas de ocorrência.

Observa-se que na educação básica a compreensão sobre o processo de pesquisa e produção de trabalhos acadêmicos tem uma conotação específica e distinta dos outros níveis de ensino e pesquisa. Nas séries iniciais, quando o aluno está passando pelo processo de aprendizagem da escrita a atividade de cópia textual é um procedimento útil e mesmo necessário para o desenvolvimento do hábito da escrita e familiarização com palavras, frases, períodos, gêneros e estilos textuais. No processo de letramento, o aluno precisa ter a oportunidade da cópia para exercitar a prática da escrita. Nesse caso, os professores estão com a atenção voltada para o desenvolvimento da escrita, que é o fim da ação docente. Portanto, o foco não está na identificação da fonte consultada ou do autor que escreveu o texto, o que pode ser feito em uma etapa seguinte, quando o aluno já domina a arte de escrever. Nesse sentido, Bakhtin (2000, p. 405), por exemplo, considera que

As influências extratextuais têm uma importância especial nas primeiras fases da evolução do homem. Essas influências se envolvem na palavra (ou outros signos), e tal palavra é a dos outros, e, acima de tudo, a da mãe. Depois disso, a "palavra do outro" se transforma, dialogicamente, para tornar-se "palavra pessoal-alheia" com a ajuda de outras "palavras do outro", e depois, palavra pessoal (com, poder-se-ia dizer, a perda das aspas).

Assim, depois das séries iniciais, quando o estudante já aprendeu a produzir seu próprio texto, a prática da cópia, isto é, da imitação ou da repetição, deveria ser abandonada e a escrita passar a ser utilizada como meio de expressão e comunicação dos conhecimentos obtidos na escola. Contudo, o que acontece nessa fase que corresponde à segunda etapa do ensino fundamental é que o estudante passa a desenvolver os primeiros trabalhos de levantamento bibliográfico sobre os mais diversos temas, porém ao invés da escrita ser um meio de comunicação dos conhecimentos obtidos, ela continua como uma ferramenta de cópia e reprodução da produção alheia, numa prática que acaba por ser mantida até a conclusão do ensino médio.

Entretanto, é necessário reconhecer a existência de estratégias eficazes no desenvolvimento da habilidade da escrita e da originalidade como resultados da promoção autoral entre estudantes da educação básica. Exemplo disto é a tese desenvolvida por Fornazieri (2005) sobre a temática da criação textual. Para ela, a formação autoral do estudante do ensino médio é uma tarefa que se inicia com a constituição da identidade do sujeito que escreve por estar ligado diretamente ao reconhecimento e ao cultivo de valores como a verdade, a justiça, o bem, pois cada um escreve a partir daquilo que é. Porém, Fornazieri defende que este processo de transformação em narrativa da “dor e delícia que cada um traz em si” (parodiando Caetano Veloso na música “Dom de iludir”) faz parte de um processo de desenvolvimento educativo que além da formação da identidade do sujeito-autor, requer o reconhecimento da autoridade de quem exerce o papel de fazer o outro crescer e da tradição como fonte de valores e inspiração criativa.

Não obstante, a condição de escrita do estudante brasileiro caracteriza-se muito mais como um hábito desvirtuado de composição textual, marcado mais pela reprodução do que pela criação. Isso foi constatado por Marta Melo de Oliveira (2007) na dissertação de mestrado intitulada “plágio na constituição de autoria”, a qual foi fundamentada nas contribuições de pesquisadores da área de Letras, como, por exemplo, Pécora (2002, p.16). Para ele, “as instituições de ensino falseiam o

exercício da escrita, cristalizando o discurso na prática da repetição de modelos textuais do agrado do docente"; Salomon (2001, p. 259-260) considera a pesquisa escolar uma "atividade de transcrição cega de textos superficialmente consultados e que resulta num trabalho cuja apresentação material e quantidade de páginas predominam como critérios de valoração". Garcez (1998) argumenta que "um bom texto para a maioria dos professores é aquele que tem uma apresentação adequada como boa caligrafia e margens e, principalmente, correção gramatical" (apud OLIVEIRA, 2007, p. 44).

A partir daí, Marta de Oliveira (2007) discute que a ocorrência do plágio é um processo de reificação de um hábito cristalizado na educação básica devido ao desconhecimento dos estudantes de técnicas e estratégias de composição textual como a sumarização, processo que consiste em identificar e selecionar as informações essenciais de um texto e apresentá-las na forma de síntese em um novo texto. Então, o estudante de graduação traz uma formação deficitária na sua habilitação autoral que deveria ter sido desenvolvida na educação básica e acaba mantendo no ensino superior a prática da reprodução textual, a qual habitualmente fazia nas escolas de ensino fundamental e médio. Somada a isso, a ausência de incentivo e rotina de leitura de textos de revistas científicas e trabalhos acadêmicos, como dissertações e teses, contribui para a manutenção do estudante no ensino superior em uma condição de desconhecimento da forma de um texto científico, de modo que sequer familiariza-se com tais modelos de estruturação de um trabalho acadêmico.

Contudo, é no âmbito do ensino superior que mais se têm produzido pesquisas sobre o plágio, e os resultados obtidos têm mostrado que um dos motivos mais alegados pelos estudantes para a prática do plágio é a falta de tempo, o que pode estar atrelado às mais diversas situações como a simples procrastinação, ao volume exagerado de trabalhos acadêmicos exigidos nas diferentes disciplinas, bem como dificuldades de conciliar diversas atividades com os estudos como, por exemplo, trabalho, vida pessoal e social. Mas, além disso, outra hipótese para a ocorrência do plágio em nível de graduação pode estar ligada ao desin-



teresse científico do jovem estudante. Embora ainda não sejam conhecidas evidências empíricas que permitam afirmar isso categoricamente, os indícios podem ser suficientes para justificar a pertinência dessa ideia.

Acontece que no Brasil o ensino superior ainda é frequentado por um percentual baixo de estudantes na faixa etária dos 19 a 24 anos e de alguns anos para cá vem sendo implementado um conjunto de esforços governamentais para a ampliação dessa população na graduação. Além da abertura de novas universidades públicas, incentivos sociais como cotas e a concessão de bolsas têm permitido o aumento do ingresso dos jovens no ensino superior. Por outro lado, a iniciativa privada verificou uma demanda desses jovens pelo ensino de graduação, o que contribuiu para que a educação superior se tornasse um grande negócio. Há universidades com tantos alunos que nas praças de alimentação de algumas dessas instituições se tem a impressão de estar em um *shopping* e até mesmo há universidades localizadas em *shoppings*. Então há de um lado, um grande incentivo para que mais calouros ingressem no ensino superior e, de outro, muitos jovens querendo fazer um curso superior cujas motivações fundamentais sejam aumentar as chances de empregabilidade e do poder aquisitivo. Portanto, de modo geral, essa população não está interessada na carreira acadêmica ou na produção de conhecimento, pois encara o ensino de graduação principalmente como uma exigência de qualificação requerida pelo mercado de trabalho. Assim, a realização de trabalhos científicos acaba sendo apenas mais uma tarefa a ser cumprida, não porque seja a culminância de um processo de pesquisa, mas porque é pré-requisito para a conclusão da maioria dos cursos de ensino superior. Assim, pode-se pensar que o mais importante é ter o trabalho feito, mas não necessariamente preocupar-se em fazê-lo de acordo com as regras acadêmicas ou, em alguns casos, sequer existe esta preocupação, pois há diversas possibilidades de encontrar ou comprar trabalhos prontos.

Da mesma maneira que o problema do plágio no ensino superior é diferente da educação básica, pois as razões de ocor-

rência não são inteiramente coincidentes, também adquire uma especificidade em sua forma de manifestação em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Entre ambos os cursos superiores existe uma distinção: enquanto os cursos de graduação estão focados na tarefa de ensino, o escopo da pós-graduação é a realização de pesquisa. Tanto é que em muitas instituições de ensino de graduação uma entre as poucas oportunidades que o estudante possui de realização de atividades de pesquisa corresponde à realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o qual consiste numa monografia ou relatório de pesquisa de campo sobre algum assunto relacionado à área de estudos do aluno. Enquanto isto, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a formação e a prática de pesquisa é uma tarefa cotidiana e que geralmente resulta em trabalhos científicos que são apresentados em eventos ou publicados. Além disso, enquanto o enfoque do aluno de graduação está mais voltado para a profissionalização e entrada no mercado de trabalho, a pós-graduação oferece a perspectiva da carreira acadêmica como docente no ensino superior ou pesquisador. Por causa desse enfoque na pesquisa e o escopo de produção científica, naturalmente espera-se que o estudante de pós-graduação tenha mais familiaridade e esteja mais preparado em relação aos procedimentos metodológicos relacionados à pesquisa científica, bem como em relação às regras e formas de escrita acadêmica. Entretanto, estudo realizado por Fachini e Domingues (2008) com estudantes de pós-graduação verificou que existe pouco esclarecimento deste público em relação ao plágio, embora metade dos participantes do estudo tenham respondido que receberam algum tipo de orientação em relação a isto. Não obstante, os pesquisadores propuseram um exercício de identificação da forma correta de utilização de um fragmento textual do livro Teoria da Contabilidade, de Hendriksen e Van Breda (1999, p. 208). No Quadro 1.1, primeiro foi apresentado o fragmento original e depois dois exemplos de paráfrases.

Quadro 1.1 *Texto original e paráfrases*

<b>Texto original</b>
O conceito operacional corrente de lucro concentra-se na mensuração da eficiência da empresa. O termo eficiência diz respeito à utilização eficaz dos recursos da empresa na realização de suas atividades e na geração de lucros.
<b>Paráfrase 1</b>
A mensuração da eficiência da empresa é o alicerce do conceito operacional corrente de lucro. A eficiência mencionada tem relação com a eficaz utilização dos recursos da organização na efetivação de suas operações e na consecução dos lucros.
<b>Paráfrase 2</b>
O conceito operacional corrente de lucro concentra-se na mensuração da eficiência da empresa. O termo eficiência diz respeito à utilização eficaz dos recursos da empresa na realização de suas atividades e na geração de lucros. Hendriksen e Van Breda (1999).

Fonte: Fachini e Domingues (2008, p. 11).

As duas paráfrases sugeridas são inválidas. Na primeira, não consta a indicação da autoria da fonte consultada. Na segunda paráfrase, apesar da autoria estar indicada no texto proposto, frases inteiras foram reproduzidas literalmente e deveriam ter sido colocadas entre aspas.

Parafrasear um texto significa comunicar uma mensagem de acordo com a fonte original, mas utilizando uma estrutura textual diferente. Isto é ensinado aos estudantes do *Massachusetts Institute of Technology* (2007, tradução nossa) da seguinte maneira:

- troque as palavras originais por sinônimos;
- mude a estrutura da sentença (por exemplo, invertendo períodos);
- troque a voz passiva para a ativa e vice-versa;
- reduza frases em alguns parágrafos;
- mude algumas partes da narrativa original.

Seguindo esses procedimentos, a partir do texto sugerido, a paráfrase poderia ser:

---

**Quando os recursos de uma empresa são utilizados de forma eficaz nas suas atividades e na produção de lucros se alcança a eficiência que mensurada representa o “conceito operacional de lucro” (HENDRISKEN; VAN BREDA, 1999).**

---

Nota-se que os termos essenciais de uma frase, período ou parágrafo quando se faz uma paráfrase, continuam sendo utilizados e que nesse caso são as palavras lucro, eficácia/eficiência, empresa. Entretanto, tais termos são rearranjados dentro de um texto que é estruturalmente diferente: mantém-se o conteúdo, mas altera-se a forma.

Entretanto, foi solicitado aos participantes do estudo que identificassem qual paráfrase era válida, em qual deveria ter sido feito uma citação indireta e em qual deveria ter sido feito uma citação direta. As respostas obtidas foram apresentadas por Fachini e Domingues (2008) conforme constam da Tabela 1.1.

Tabela 1.1 *Respostas dadas para as paráfrases do Quadro 1*

	Paráfrase 1	Paráfrase 2
Sim, é válida.	22,41%	13,79%
Não, deve-se usar a citação indireta.	65,52%	5,17%
Não, é necessária citação direta com o uso de aspas.	0,00%	67,24%
Não respondeu.	12,07%	13,79%

Fonte: Fachini e Domingues (2008, p. 11).

Os resultados obtidos pelos pesquisadores evidenciam que cerca de 30% dos respondentes não têm clareza sobre a forma

requerida para a elaboração de paráfrases, seja por considerar válidos exemplos que eram inválidos, bem como por não responder ou por escolher a resposta errada. Essas evidências denotam que no âmbito da pós-graduação o problema do plágio parece ser de natureza técnica, ou seja, o estudante não domina suficientemente as regras de escrita científica, quanto à indicação das fontes utilizadas, uma falha com implicações diretas na ocorrência do plágio. Note-se que, nesse caso, o plágio pode acontecer acidentalmente, ou seja, sem que o estudante perceba, pode cometer plágio. Entretanto, em outra investigação com estudantes de pós-graduação constatou-se que conhecimentos técnicos sobre as práticas de escrita acadêmica e orientação sobre o plágio não são garantias suficientes para que essa classe de estudantes tenha clareza sobre o que constitui o plágio, denotando haver uma dissociação entre conhecimento teórico e prático relacionado ao plágio (KROKOSCZ; FERREIRA, 2014).

Entre pesquisadores, o plágio também é um problema recorrente. Estudo publicado na revista *Nature* sobre má conduta científica realizado com 2.599 cientistas mostrou o plágio em terceiro lugar na lista de problemas verificados por pesquisadores entre seus pares (KOOCHER; KEITH-SPIEGEL, 2010). Esse estudo não identificou quais foram os motivos da ocorrência do plágio nos trabalhos desses pesquisadores; entretanto, no Brasil foi feito um estudo com a técnica de *focus group* com 16 cientistas de diferentes áreas (ciências biomédicas, física, química, engenharias, medicina e ciência da computação) e os resultados revelaram que o principal fator relacionado à possibilidade de ocorrência de plágio entre esse público refere-se à necessidade de publicar os relatórios de pesquisa em inglês, e a ausência de habilidades de escrita fluente, nesse caso, apresenta-se como uma das razões do plágio entre os pesquisadores (VASCONCELOS et al., 2009). Além disso, outro aspecto que pode ter implicações diretas na ocorrência de plágio em trabalhos publicados por pesquisadores profissionais é a pressão por produtividade científica, um fenômeno que tem sido observado porque a quantidade de publicações de um pesquisador é muitas vezes o critério utilizado para a obtenção de financiamentos e promoções (ANGELL,

1986). Na opinião de professores brasileiros como Luiz Menna-Barreto, Yaro Burian Jr. e Erney Plessmann de Camargo, a ocorrência de plágio em trabalhos de pesquisadores é uma decorrência direta dessa pressão (BIONDI, 2011).

Outro desdobramento dessa pressão é a chamada “Lei de São Mateus”, lembrada pelo Professor Fredric Michael Litto. Trata-se de uma alusão ao versículo bíblico número 29 do capítulo 25 do livro de Mateus, no qual está escrito: “Pois a quem tem, mais será dado, e terá em grande quantidade. Mas a quem não tem, até o que tem lhe será tirado.” A comparação destaca a necessidade e até mesmo exigência que existe dentro da academia para que a visibilidade e reconhecimento autoral sejam obtidos por meio de publicações. Entretanto, essas condições são forças imobilizantes pois quem já tem prestígio e reconhecimento, possui mais facilidade para indexação e publicação, caso de trabalhos de autores renomados com maior potencial de citação por outros. Ao mesmo tempo, trabalhos de autores novos, com pouca credibilidade, ficam à margem do sistema editorial, pois devido ao desconhecimento, acabam não obtendo repercussão de suas ideias e trabalhos dentro do contexto acadêmico. Esse é o desafio, por exemplo, não só de editores de novos periódicos que pleiteiam a indexação de suas revistas em sistemas de indexação que facilitam a recuperação da informação, mas também de novos pesquisadores que, para obterem acesso à comunidade científica, necessitam de uma apresentação ou apadrinhamento autoral que pode ser obtido, por exemplo, pela inserção de um nome de prestígio na comunidade científica em um novo trabalho publicado. Assim, é como se o autor renomado estivesse apresentando o novo autor para a academia, assinando em baixo ou compartilhando a responsabilidade pela discussão que está sendo apresentada.

Portanto, a complexidade do plágio também fica evidenciada pelas diferentes características que podem ser atribuídas a esse fenômeno por depender do nível de ensino ou pesquisa no qual se manifesta. A partir disso, pode-se supor que a eficácia das formas de enfrentamento dessa problemática depende do reconhecimento de suas características e da adequação das estratégias

de ação de acordo com a especificidade na qual ocorre. E isso tem uma importância significativa, pois considerando a reflexão desenvolvida anteriormente é possível constatar duas categorias bastante distintas de manifestação do plágio acadêmico: trata-se de um problema que é reconhecido pelas principais instituições de ensino ao redor do mundo como algo que pode acontecer de forma intencional ou acidental (GENEREUX; MCLEOD, 1995; PECORARI, 2003; KROKOSZ, 2011).

### 1.1.3 Categorias de envolvimento com o plágio

A primeira impressão que se pode ter em relação à ocorrência do plágio é que se trata de uma ação deliberada com o intuito de obter vantagens particulares por meio do trabalho feito por outros. Essa é a categoria tradicional de envolvimento intencional com o plágio, contudo, talvez não seja a mais comum.

Conforme já observado, quando a produção de um trabalho científico é entendida simplesmente como uma tarefa-meio, isto é, com vistas à obtenção de um objetivo-fim tal como receber boas notas, ter um diploma ou aumentar a produtividade científica, pode acontecer o plágio intencionalmente, seja por meio da cópia de trabalhos alheios, utilização de trabalhos cedidos por amigos, comprados ou até mesmo a reutilização dos próprios trabalhos em situações diferentes, caso de artigos científicos idênticos que são publicados em mais de um periódico sem que isso fique evidenciado ou trabalhos disciplinares iguais, os quais são submetidos pelo mesmo autor para avaliação em matérias ou cursos diferentes.

Na condição de prática intencional, o plágio é considerado pela literatura um ato consciente feito com o escopo de dissimular a autoria original (CHRISTOFE, 1996). Há quem chegue a considerá-lo uma “expressão de covardia criativa ou preguiça intelectual” (DINIZ; MUNHOZ, 2011) e até mesmo “um golpe estelionatário que em nada se diferencia das iniciativas encetadas por delinquentes comuns na intenção de enganar alguém para levar vantagem” (GOMES JR., 2011). Há casos de plágio in-

tencional que também podem ser objeto de análise *psicanalítica* entendido como “um mecanismo de defesa do sujeito em buscar no outro a própria satisfação, o que é manifestado na *inclinação* latente de sempre acreditar que somente as coisas ou ideias dos outros são interessantes e não as próprias” (KRIS, 1951; KROKOSZ, 2012c; LACAN, 1998; 2002).

Especificamente em relação à utilização do aparato *psicanalítico* lacaniano para a análise da ação intencional do plagiário, cabe destacar a constatação de que embora nem todo plagiário aja movido por uma demanda subjetiva mal resolvida, enfatiza-se que o recurso da teoria lacaniana pode ser aplicável quando o plágio precisa ser analisado na perspectiva do simbólico, isto é, quando na relação entre o significante (aquilo que estabelece o sentido) e o significado (aquilo que corresponde ao conceito) se alcança o preenchimento de uma falta. Dessa forma a prática do plágio quando se manifesta como expressão de uma falta (necessidade ou carência subjetiva) pode ser adequadamente enfrentada em nível simbólico. Precisa ser interpretada não na perspectiva da prática em si, mas do ponto de vista das motivações, necessidades e interesses de um sujeito sequioso de reconhecimento, satisfação, gozo (KROKOSZ, 2012c).

Além disso, é importante observar a falta de lisura entre acadêmicos que, por exemplo, cometem plágio, colam ou fazem outros tipos de trapaceas. Não se pode negligenciar, pois isso é algo que também decorre da banalização da fraude, da ausência de um ambiente coletivo de integridade, da inexistência de controles, seja de professores ou de códigos de honra institucionais, bem como da falta de medidas punitivas (GENEREUX; MCLEOD, 1995; HARRIS, 2001; MCCABE et al., 2002; MCCABE; PAVELA, 2005; GOODMAN; MALLET, 2012).

Além da ambiguidade de interpretação possível sobre a ocorrência do plágio como uma decisão intencional, é necessário reconhecer que esse problema também pode acontecer de forma acidental, devido ao desconhecimento das regras de identificação das fontes utilizadas, dificuldades de redação e até mesmo desorganização dos materiais de pesquisa. Se durante o processo de levantamento bibliográfico e fichamento o responsável pelo



trabalho acadêmico não realiza adequadamente a documentação das fontes, faz anotações sem controle do que é cópia, paráfrase ou ideias próprias, quando chega ao momento de redigir o texto pode ter dificuldades na seleção e identificação dos materiais que tem à disposição e assim incorrer na utilização indevida de ideias, imagens, frases etc. que são obras de outros autores. Em estudo realizado por Dias (2013, p. 6) verificou-se que “nem todo plágio se faz como trapaça. Há desconhecimento e dúvida do que venha a configurar plágio, de modo que as construções autorais sejam prejudicadas”.

Tais constatações correspondem a observações feitas também em estudos internacionais. Pecorari (2003) identificou que os redatores de trabalhos científicos podem ter uma insuficiente clareza sobre o que constitui plágio, especialmente devido aos tipos de manifestação: a forma mais comum de identificação do plágio corresponde à reprodução (imitação) exata da fonte original; contudo, o pastiche ou paráfrases nem sempre são reconhecidos como plágio e estão relacionados ao uso inapropriado das fontes consultadas, o que é diferente da intenção de fraudar na redação do texto. Então, consideradas essas duas possibilidades de envolvimento com a ocorrência do plágio, parece ter ficado claro que tratar o assunto apenas como uma prática de má-fé ou ainda um problema exclusivamente do estudante/pesquisador é algo que pode, no mínimo, ser leviano. Isso por desconsiderar a complexidade relacionada a esse fenômeno conforme pode ser constatado por meio dos estudos já realizados sobre o assunto. Fato é que apesar de já existir um volume razoável de estudos sobre o plágio no âmbito internacional, ainda é preciso reconhecer a pertinência da observação feita por Michel Schneider no livro *Ladrões de Palavras*: “Fala-se pouco do plágio, e escreve-se ainda menos [entretanto, é um assunto que mais do que] pudicamente evitado ou absurdamente estendido, merece ser melhor apreendido” (SCHNEIDER, 1990, p. 25-37). E, nesse sentido, não poderiam ser deixados de se apresentar nesse trabalho os diferentes tipos de plágio, contribuindo para que sejam efetivamente melhor compreendidos.

### 1.1.4 Tipologia de manifestação do plágio acadêmico

Há uma tipologia bem diversificada em relação ao plágio. Fala-se em meio-plágio (ORLANDI, 2002), plágio cru (DEMO, 2011), plágio integral, parcial e conceitual (GARSCHAGEM, 2006), plágio estrito, plágio civilizado (SCHNEIDER, 1990). Apesar da diversidade de nomes em muitos casos, os autores referem-se à mesma coisa, mesmo havendo diversos tipos de plágio. Em todo caso, nesse trabalho, conforme apresentado no Quadro 1.2, adota-se a tipologia utilizada pelas melhores universidades ao redor do mundo, conforme levantamento e adaptações feitas por Krokosz (2011; 2012).

Quadro 1.2 *Tipos de plágio mais comuns no meio acadêmico*

Tipologia internacional	Adaptação	Descrição
<i>Word for Word Plagiarism</i>	Plágio direto	Reprodução literal de um texto original sem identificação da fonte.
<i>Paraphrasing Plagiarism</i>	Plágio indireto	Reprodução das ideias de uma fonte original com palavras diferentes da fonte original, mas sem identificá-la.
<i>Mosaic Plagiarism</i>	Plágio mosaico	Reprodução de fragmentos de fontes diferentes que são misturados com palavras, conjunções, preposições para que o texto tenha sentido.
<i>Collusion Plagiarism</i>	Plágio consentido	Apresentação de trabalhos como sendo próprios, mas que na verdade foram cedidos por outros (amigos, colegas, parentes entre outros) ou comprados.
<i>Apt Phrase Plagiarism</i>	Plágio de chavão	Reprodução de expressões, chavões ou frases de efeito elaboradas por outros autores.
<i>Plagiarism of Secondary Source</i>	Plágio de fontes	Reprodução das citações apresentadas em outros trabalhos, porém a fonte citada não foi consultada pelo relator.
<i>Self-plagiarism</i>	Autoplágio	Reprodução de trabalhos próprios já apresentados em outras circunstâncias.

Fonte: Krokosz (2012).

Considerando essa tipologia, parece razoável supor que o plágio direto, o plágio mosaico e o plágio consentido são os casos mais comuns por meio dos quais acontece o plágio intencional, pois nessas manifestações a caracterização de fraude é bastante evidente. Entretanto, em relação ao plágio indireto, ao *apt phrase*, e o plágio de fontes a ocorrência tende a ser mais acidental, porque são formas mais incomuns, desconhecidas ou até polêmicas, caso do autoplágio. Neste caso, por exemplo, a depender da área de estudos e do controle de publicações, publicações redundantes podem ser consideradas necessárias quando se deseja ampliar a comunicação de resultados de pesquisa apresentados em uma publicação feita em idioma diferente ou quando um trabalho que foi apresentado em um evento científico passa a ser publicado posteriormente em uma revista. Algumas áreas aceitam esse procedimento naturalmente, outras não o admitem. Em muitos periódicos brasileiros da área de negócios é possível verificar nas diretrizes para autores que são aceitos para publicação de trabalhos apresentados previamente em congressos, seminários e outros eventos acadêmicos. Contudo, em outras áreas de conhecimento, a publicação duplicada de um mesmo trabalho não é tolerada.

No *website Retraction Watch* é possível verificar vários casos de trabalhos da área das ciências naturais que foram retratados justamente por terem sido publicados previamente em *proceedings* e Anais de eventos científicos e que depois foram publicados com alguns acréscimos em revistas.

Não obstante, do ponto de vista da autoria científica, todas essas situações têm sido configuradas internacionalmente como plágio e nesse caso não há complacência: tanto plágio acidental quanto intencional são reprováveis e passíveis de sanções que podem variar desde a atribuição de nota zero até a cassação do diploma acadêmico (KROKOSZ, 2011).

Entretanto, cabe destacar que a tipologia apresentada não é consensual na academia. Amparando-se em Park (2003), Power (2009) e Jones (2011) em sua dissertação de mestrado, Dias (2013) argumenta, por exemplo, que considerando conceitualmente o plágio como a apropriação indevida de obra alheia

sem o reconhecimento da fonte, não se pode falar que o conluio (apresentação de obra alheia comprada ou cedida por outro) e o autoplágio (apresentação de conteúdo próprio em situações distintas) sejam entendidos como plágio, pois nesses casos não ocorre a apropriação indevida que caracteriza o plágio. Portanto, trata-se de mais uma particularidade relacionada ao assunto, denotando a complexidade que o caracteriza, o que obviamente tem implicações diretas em relação às práticas convencionadas e ao estabelecimento de regras de controle e prevenção.

Além disso, o reconhecimento dessa variedade de tipos de plágio ainda é algo inusitado no repertório educacional brasileiro. Estudos sobre o plágio realizados com estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores demonstraram que existe uma compreensão sobre esse problema, mas que é muito intuitiva (FACHINI; DOMINGUES, 2008; SILVA; DOMINGUES, 2008; BARBASTEFANO; SOUZA, 2008), o que consequentemente a deixa limitada àquilo que é chamado de cópia literal, convencionalmente é conhecido por “CTRL C + CTRL V”, em alusão aos comandos de atalho no programa de edição eletrônica de textos. Entretanto, considerando-se que o plágio pode ocorrer de outras maneiras, parece evidente que o risco de ocorrência desse problema em trabalhos acadêmicos é maior do que se possa imaginar. Isso corresponde perfeitamente a uma expressão de Schneider (1990, p. 348): “Somos sempre menos originais do que pensamos e menos plagiários do que cremos.” Logo considera-se que, em geral, o plágio acadêmico não é um assunto que consta dos manuais de metodologia científica, tampouco recebe orientações facilmente encontráveis nos *websites* das instituições de ensino superior brasileiras, bem como não é temática sobre a qual se tenha produzido considerável conhecimento científico. Nessas condições, esperar do estudante ou do pesquisador brasileiro que produza trabalhos acadêmicos isentos de plágio é uma exigência cômoda, calcada na indiferença, pois se espera que se saiba de forma espontânea aquilo que não foi ensinado.

Assim, reconhecendo-se a complexidade de aspectos que envolvem esse fenômeno, destaca-se a necessidade de que a reflexão e o debate sobre o plágio acadêmico sejam feitos de ma-

neira aprofundada, podendo ser melhor entendido para então ser superado. Nesse sentido, apresenta-se a seguir qual é o cenário do enfrentamento do plágio no meio acadêmico.

## 1.2 O enfrentamento internacional do plágio acadêmico

Não obstante ser verificável na bibliografia estrangeira que há trabalhos com mais de um século abordando a problemática,<sup>6</sup> há cerca de 50 anos, os norte-americanos, por exemplo, vêm fazendo pesquisas sobre o plágio acadêmico. Uma investigação seminal em larga escala foi desenvolvida por William Bowers, que em 1964 fez um levantamento em 99 instituições de ensino superior com uma amostragem maior do que 5.000 estudantes universitários. O pesquisador constatou que 75% dos estudantes universitários daquele país estavam envolvidos em um ou mais casos de desonestidade acadêmica, entre eles o plágio (MCCABE et al., 2001).

Observa-se que a partir da pesquisa de Bowers, até o início dos anos 1990, foram realizados muitos estudos sobre o plágio acadêmico por meio dos quais foram identificados fatores determinantes do comportamento desonesto dos estudantes como interesse na obtenção de boas notas, competitividade e manutenção da autoestima (BAIRD, 1980; EISENBERGER; SHANK, 1985; PERRY et al.; 1990; WARD, 1986; WARD; BECK, 1990 apud MCCABE et al., 2001), mas apenas alguns estudos discutiram a influência de fatores externos em relação ao comportamento desonesto dos estudantes, tais como responsabilidade dos professores, ameaças de sanções e adoção de Códigos de Honra (CANNING, 1956; JENDREK, 1989; MICHAELS; MIETHE, 1989; TITTLE; ROWE, 1973 apud MCCABE et al., 2001). A partir dessa constatação os trabalhos de pesquisa passaram a focar a evidenciação do papel dos fatores externos na ocor-

---

<sup>6</sup> Nas referências do livro *Plagiarism: Alchemy and Remedy in Higher Education*, o autor elenca o artigo intitulado *Imitators and Plagiarists* publicado na revista *The Gentleman's Magazine* em 1892 e o artigo *Plagiarism*, publicado pela revista *The Nineteenth Century* em 1899.

rência da desonestidade acadêmica. Um desses trabalhos identificou que “fatores contextuais como comportamento desonesto entre pares ou comportamento desonesto desaprovado pelos pares foram muito mais significantes do que fatores individuais como idade, sexo ou interesse em boas notas” (MCCABE; TREVIÑO, 1997 apud MCCABE et al., 2001, tradução nossa).

Então, a compreensão sobre o plágio acadêmico deixou de ser encarada simplesmente como um problema do estudante, mas passou a ter a conotação de um fenômeno que também está ligado às relações acadêmicas e ao ambiente institucional. O desdobramento desses estudos resultou em 1992 na proposta de criação do *International Center for Research Integrity* (2012), uma iniciativa destinada a dar suporte para instituições de ensino superior com vistas ao enfrentamento de más condutas acadêmicas, destacando essencialmente a criação e desenvolvimento de um ambiente de integridade acadêmica. Além disso, cabe frisar que o enfrentamento do plágio nas instituições internacionais de ensino superior é feito de maneira abrangente, com políticas institucionais, orientações e capacitações para que seja evitado, adoção de *softwares* de detecção do plágio e apresentação de normas e punições claras para cada categoria de envolvimento (intencional ou acidental), bem como em relação aos diferentes tipos de plágio (literal, autoplágio, mosaico etc.) (KROKOSZ, 2011). Apesar desse histórico, estima-se que 1/3 dos estudantes americanos cometem plágio (POSNER, 2007) e que o índice de ocorrência do plágio da Internet é uma prática comum para um em cada dois estudantes americanos (EDUCATION WEEK apud PLAGIARISM.ORG, 2012). Portanto, cabe observar que a especialização das formas de enfrentamento do problema não são garantias de sua completa eliminação, entretanto constituem-se medidas necessárias para sua redução e controle. Se diante de tais enfrentamentos ainda assim são estimados e observados índices acentuados de ocorrência do plágio no meio acadêmico, a primeira indagação contundente que se pode fazer é sobre quais seriam tais níveis caso não houvesse nenhuma iniciativa frente ao problema? A segunda observação refere-se a qual deve ser a situação brasileira em relação ao plágio acadêmico em termos de pesquisa, reflexão e iniciativas de enfrentamento?

Se a prática antiga de apropriação de propriedade alheia não tivesse sido considerada indevida, se Marcial não tivesse reivindicado a proteção de sua autoria e da sua obra diante da pilhagem dos outros, enfim se não tivessem sido desenvolvidas tantas estratégias e modalidades de enfrentamento do plágio, talvez essa prática poderia ser qualquer coisa que estivesse entre dois polos bem distintos:

- a) a completa banalização daquilo que se considera propriedade intelectual, artística, industrial etc., caracterizando assim uma situação generalizada de anarquia, fraude, pirataria, um vale-tudo decorrente da ausência de leis ou ausência de sua aplicação.
- b) uma prática considerada normal, permitida por lei ou até mesmo desregulamentada sobre a qual não haveria interesse ou motivos de preocupação e controle. A situação na qual “tudo é de todos e ninguém é de ninguém”.

Portanto, pensar sobre quais seriam os níveis de ocorrência do plágio caso não tivesse sido combatido é uma questão meramente especulativa, sobre a qual se pode postular muitas coisas, desde algo descontroladamente fora da lei até algo indiferente para a própria lei. Sendo assim, parece ser mais razoável e adequado pensar este fenômeno a partir da forma como ele se caracteriza do ponto de vista dos desdobramentos históricos e como está situado na realidade. Nesse sentido, cabe investigar, identificar e analisar como o plágio acadêmico tem se apresentado no cenário brasileiro.

### 1.3 O enfrentamento do plágio acadêmico no Brasil

No levantamento bibliográfico sobre a produção científica relacionada ao plágio acadêmico produzida no Brasil, Krokosz (2012) identificou uma lista de 49 trabalhos publicados que puderam ser recuperados por meio de buscas realizadas no *Google*

Scholar, Scielo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Web of Science, Science Direct e Scopus. Também foram elencadas as publicações sobre o plágio acadêmico que puderam ser identificadas nas listas de referências dos trabalhos encontrados nas bases citadas.

Quadro 1.3 *Mapeamento da reflexão científica sobre o plágio no Brasil*

1	(CHRISTOFE, 1996)	(GARCIA, 2006)	(OLIVAL, 1990)	(SANTANA; MARTINS, 2003)	(COIMBRA JR., 1996)
2		(REBELLO, 2006)	(COTTA, 1999)	(OLIVEIRA, M.; OLIVEIRA, E., 2008)	(TORRESI; PARDINI; FERREIRA, 2009)
3		(VAZ, 2006)	(PERISSÉ, 2003)	(TENÓRIO, 2010)	(ARAÚJO, 2011)
4		(KLEIMAN, 2007)	(GODOY, 2007)	(FERREIRA; SANTOS, 2011)	(TORRESI et al., 2011)
5		(OLIVEIRA, 2007)	(GRIEGER, 2007)	(ROCHA; PIMENTA, 2011)	
6		(MUSSINI, 2008)	(MORAES, 2007)		
7		(LUQUINI, 2010)	(ROMANCINI, 2007)		
8		(PEREIRA, 2010)	(VASCONCELOS, 2007)		
9		(SANTOS, 2010)	(BARBASTEFANO; SOUZA, 2008)		
10		(ABREU, 2011)	(FACHINI; DOMINGUES, 2008)		
11		(INNARELLI, 2011)	(SILVA; DOMINGUES, 2008)		
12		(PERTILE, 2011)	(SILVA, 2008)		
13			(COITO, 2009)		



14			(MARTINS; NEOTTI, 2009)		
15			(VASCONCELOS et al., 2009)		
16			(OLIVEIRA; GARCIA; JULIARI, 2010)		
17			(PEZZIN, 2010)		
18			(BERLINCK, 2011)		
19			(DEMO, 2011)		
20			(DINIZ; MUNHOZ, 2011)		
21			(FERREIRA; FACIN, 2011)		
22			(GOMES JR., 2011)		
23			(GONÇALVES; NOLDIN; GONÇALVES, 2011)		
24			(JUDENSNAIDER, 2011a)		
25			(JUDENSNAIDER, 2011b)		
26			(KROKOSZ, 2011)		
27			(SARMENTO, 2011)		
	1	12	27	5	4

Fonte: Krokosz (2012).

Conforme pode ser constatado no Quadro 1.3, a produção acadêmica sobre o plágio no Brasil é incipiente (49 trabalhos) e corresponde a um período relativamente grande (1990-2011).<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Interessante observar o aumento do número de publicações sobre plágio acadêmico no período de 2012 a 2014. Por exemplo, a busca da expressão “plágio acadêmico” apenas no Google Scholar resulta em cinquenta resultados de páginas em Língua Portuguesa. Outro exemplo do aumento da produção científica sobre o plágio

Os principais aspectos discutidos nas publicações recuperadas relacionam-se ao desconhecimento do que é plágio, dificuldades na escrita acadêmica, desonestidade ou falta de ética e o desenvolvimento de sistemas de detecção do plágio, sendo esse aspecto com o maior número de trabalhos publicados.

Menos da metade desses trabalhos correspondem a estudos empíricos. Nessas publicações, a reflexão relaciona-se à caracterização das razões de ocorrência do plágio acadêmico, o que aparece frequentemente como um problema decorrente essencialmente de falhas do estudante ou do pesquisador. Nesse sentido, os trabalhos elencam motivos como dissimulação de autoria (CHRISTOFE, 1996); ausência de princípios éticos (VAZ, 2006); hábito de reprodução textual (OLIVEIRA, 2007); desconhecimento sobre o assunto (BARBASTEFANO; SOUZA, 2007; FACHINI; DOMINGUES, 2008); dificuldades de escrita científica em inglês (VASCONCELOS et al., 2009) e abordagem institucional incipiente (KROKOSZ, 2011).

Cabe observar que os resultados das pesquisas brasileiras em relação aos motivos de ocorrência do plágio correspondem ao que pode ser verificado na literatura internacional, embora conste dessas outras razões como: falta de tempo (HARRIS, 2001), interesse em obter boas notas (CURTIS; POPAL, 2011) e diferenças culturais no modo de percepção do plágio (SOWDEN, 2005). Apesar desses motivos de ocorrência do plágio não constarem dos trabalhos mapeados por Krokosc (2012), foi verificado que a falta de tempo é a razão frequentemente alegada para a prática do plágio (VALENTE et al., 2010). Além disso, em um trabalho de levantamento realizado por Krokosc e Putvinskis (2013), com uma amostra de 373 estudantes do último ano do curso de Administração de Empresas, de cinco instituições de ensino superior, foram identificados os seguintes motivos para a ocorrência do plágio: falta de tempo (28,1%), interesse em ob-

---

acadêmico nesse período pode ser constatado em relação aos trabalhos de pesquisa apresentados na *International Integrity and Plagiarism Conference*, evento que acontece a cada dois anos no Reino Unido: em 2012 foram apresentados três trabalhos brasileiros, enquanto que no evento realizado em 2014 o número de trabalhos apresentados por pesquisadores brasileiros aumentou para cinco.

ter boas notas (18%), dificuldades de escrita acadêmica (14,7%) e desconhecimento das regras de citação e referência das fontes usadas (11,8%), entre outros. Entretanto, é importante ressaltar que a identificação destes motivos para a ocorrência do plágio acadêmico refere-se exclusivamente aos estudantes, desconsiderando-se a responsabilidade que professores, editores, instituições e até mesmo que a sociedade tem em relação ao problema, o que pode representar um perigo, pois essa limitação reflexiva e até mesmo enviesada pode suscitar uma modalidade de enfrentamento do plágio mais preocupada com controles e punição de alguns culpados (alunos e pesquisadores) do que com a educação e a prevenção como um compromisso de todos: alunos, professores, pesquisadores, editores, instituições e a sociedade em geral. Medidas corretivas são necessárias para combater a banalização do plágio, mas são insuficientes para que esse problema seja de fato evitado. Basta lembrar aqui que os norte-americanos, depois de dedicarem mais de trinta anos pesquisando o problema do plágio acadêmico, chegaram à constatação de que além de lidar com essa problemática como um problema intrínseco do aluno, era preciso considerar a importância da influência dos fatores externos, tais como o papel das instituições e o cultivo de um ambiente de integridade acadêmica (MCCABE; TREVIÑO; BUTTERFIELD, 2001; 2002). Além disso, importa ressaltar que o trabalho realizado por Krokosz (2011) evidenciou que as medidas de enfrentamento do plágio acadêmico adotadas pelas melhores instituições de ensino superior brasileiras são inferiores se comparadas às melhores universidades internacionais, conforme pode ser constatado no Quadro 1.4.

Quadro 1.4 *Abordagem do plágio nas melhores instituições de ensino superior*

CONTINENTES	RANKING	MEDIDAS	MEDIDAS INSTITUCIONAIS			MEDIDAS PREVENTIVAS			MEDIDAS DIAGNÓSTICAS		MEDIDAS CORRETIVAS	
			1	2	3	1	2	3	1	2	3	
AMÉRICA	1	Massachusetts Inst. Technology	✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓	✓
	2	Harvard	✓	✓	✓		✓	✓			✓	✓
	3	Stanford	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓
EUROPA	22	Cambridge	✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓	✓
	42	Oxford	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓
	46	Serra Fed. Inst. of Technology		✓	✓	✓	✓	✓			✓	✓
ÁSIA	24	Tokyo		✓	✓			✓			✓	✓
	26	National Taiwan University			✓		✓	✓			✓	✓
	49	Kyoto						✓				
OCEANIA	77	Australian National University	✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓	✓
	108	Queensland	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓
	137	Monash	✓	✓	✓		✓	✓				✓
ÁFRICA	485	Cape Town		✓	✓		✓	✓	✓			✓
	509	Pretoria		✓	✓		✓	✓				✓
	519	Stellenbosch		✓	✓	✓	✓					
BRASIL	38	Universidade de São Paulo					✓				✓	✓
	125	Universidade Est. de Campinas					✓					
	134	Universidade Fed. de Santa Catarina					✓	✓				

Fonte: Krokosz (2011).

De acordo com a categorização do Quadro 1.4, foram identificadas as seguintes medidas de enfrentamento do plágio acadêmico:

**Medidas institucionais:** 1. *Hotsite institucional* com conteúdo exclusivo sobre plágio; 2. *Política institucional* sobre o plágio; 3. *Disponibilização de guias, manuais e/ou documentos oficiais* sobre o assunto; 4. *Comissão de Integridade Acadêmica, Comitê Disciplinar, Sindicância* etc.

**Medidas preventivas:** 1. *Orientação:* Ações de esclarecimentos da comunidade educativa (Definição e/ou caracterização do plágio; documentos de professores, conferências, *workshops*, formulários de declaração da idoneidade do trabalho, indicação de *links* para aprofundamento sobre o assunto etc.); 2. *Capacitação:* Ações de instrumentalização tais como cursos, atividades, exercícios, abordagem disciplinar, elaboração de manuais de escrita acadêmica, tópico

de disciplina ou orientações para a elaboração de trabalhos acadêmicos; 3. *Formação*: Apelo a princípios e valores, ações voltadas para a importância do compromisso e desenvolvimento de princípios éticos, como a preservação da reputação do aluno.

Medidas diagnósticas: 1. Disponibilização e/ou utilização de *softwares de detecção do plágio*.

Medidas corretivas: 1. *Descrição do plágio* nos códigos institucionais (Código de Honra; Código de Ética etc.); 2. *Penalização* (advertência, suspensão, expulsão etc.) (KROKOSZ, 2011).

A partir desses dados, fica evidenciado que as instituições de ensino podem e devem assumir um amplo comprometimento no enfrentamento do plágio acadêmico, que não é apenas um problema do aluno. Há de ser considerada “a responsabilidade da própria instituição de ensino (o leitor) em cumprir de forma eficaz seu papel educativo, seja instrumentalizando adequadamente e de forma eficiente a capacidade de escrita e também se servindo de todas as medidas disponíveis que contribuam para a originalidade do conhecimento produzido” (KROKOSZ, 2011). Assim, o enfrentamento do plágio acadêmico, além da cobrança sobre a idoneidade dos estudantes, requer

o emprego de esforços das instituições de ensino na adoção de políticas relacionadas ao assunto, bem como a criação de conteúdos e estratégias acadêmicas para a mitigação deste problema, tais como: adoção de Códigos de Ética, apresentação de conteúdo relacionado ao plágio nas *homepage* das universidades brasileiras, integração do estudo sobre escrita acadêmica e plágio em matéria específica da grade dos cursos superiores (KROKOSZ, 2011).

Portanto, o plágio acadêmico é um problema que precisa ser analisado de uma perspectiva histórica e global, na qual sejam considerados os aspectos que o caracterizam desde sua gênese até a atualidade e também reconhecidos os esforços já realizados e resultados alcançados mundialmente em seu enfrentamento.

Considerando que se trata de um problema secular, espalhado pelo mundo e intensificado pelas facilidades proporcionadas pelos recursos de tecnologia e comunicação da atualidade, é preciso admitir que o plágio acadêmico é também um elemento desafiador dos modelos vigentes no âmbito acadêmico, tais como o produtivismo científico, o reducionismo da culpabilização do estudante/pesquisador e a ausência de reflexão sobre o que caracteriza a autoria científica. Aprofundar a reflexão sobre tais aspectos constitui demanda inadiável na tarefa de caracterização e análise do fenômeno do plágio no meio acadêmico.

#### 1.4 O plágio do ponto de vista histórico e teórico

Considerando as especificidades que caracterizam a autoria científica e a caracterização do plágio no meio acadêmico, constata-se que a definição clássica de apropriação e apresentação de ideias alheias como se fossem próprias é insuficiente para caracterizar essa modalidade de fraude autoral que tem ocorrido na produção científica em todos os níveis acadêmicos. Isso ocorre porque a fraude de autoria em trabalhos acadêmicos não ocorre simplesmente quando obras, trabalhos ou ideias alheias são apresentadas como próprias, mas sobretudo devido à falta de transparência autoral. É o caso de trabalhos próprios que são reapresentados com interesses diferentes, sem que tal reaproveitamento seja declarado e reconhecido pelos pares. Rigorosamente, não caberia falar em plágio nesse caso, pois não se trata da apropriação de ideias alheias, senão as de si mesmo. Entretanto, como a edificação do conhecimento científico é uma expectativa da comunidade científica e a credibilidade do pesquisador é diretamente correlacionada às contribuições originais, a repetição, a reprodução, ou imitação, seja de obras alheias ou próprias, são procedimentos desaprovados pela academia porque são pseudocontribuições que colocam o conhecimento científico em um círculo vicioso impedindo que avance com vistas ao seu desenvolvimento e a novas descobertas.

Além de a caracterização clássica do plágio ser limitada no campo acadêmico devido à inaplicabilidade da noção de alheio

(pois existe a possibilidade de fraudar a própria autoria quando se apresenta como novo aquilo que é sempre o mesmo), é insuficiente, porque em alguns casos a fraude autoral acontece diante da comunidade científica, sem que o autor original tenha sido prejudicado. A compra ou cessão de trabalhos feitos por outros é uma situação que faz parte da realidade acadêmica, à qual estudantes acabam recorrendo para cumprir a exigência de entrega de trabalhos. Nesse caso, não ocorre um problema de plágio da forma como convencionalmente se entende, entretanto esses conluíus entre amigos ou prestadores de serviço acabam resultando numa fraude autoral realizada com o escopo de enganar a comunidade acadêmica representada por professores, orientadores e instituições.

Essa fragilidade no conceito de plágio é um problema que precisa ser discutido e aprofundado, pois talvez nesse aspecto crucial resida a fonte de incompreensão e até mesmo a razão da perenidade da ocorrência desse problema no meio acadêmico. Por exemplo, é constatável nos estudos realizados ao redor do mundo inteiro a polêmica e falta de consenso que existe em relação ao reconhecimento do autoplágio, bem como a dificuldade que vem sendo apontada quanto à conceituação do que é plágio no meio acadêmico (MARSH, 2007; RANDALL, 2001; RICKS, 2003; STEARNS, 1999).

Defende-se que essas observações são fatores indiciários de que a compreensão que se tem sobre o problema do plágio na atualidade precisa ser repensada. Obviamente, muito já se avançou na caracterização do assunto e na sua descrição. Desde a antiguidade até os dias atuais ainda se perpetuarão casos de ocorrência de apropriação indevida de obras e ideias alheias que foram, são e continuarão sendo apresentadas como próprias, casos que podem ser configurados como plágio de acordo com a concepção tradicional. Esse tipo de atitude intencional se trata de um problema de ordem ética, reconhecidamente reprovável e passível de sanções, conforme previstas na forma da lei e nos códigos institucionais. Além de ser uma ação que causa dano material a outro devido à apropriação indevida, algo protegido pelas leis de direitos autorais, a dissimulação da au-

toria subtrai do autor original seu crédito moral de criador da obra usurpada, algo que é considerado inalienável. Ainda que as obras de Aristóteles, por exemplo, estejam hoje em domínio público podendo ser utilizadas por qualquer pessoa sem ônus de recompensação material, é inteiramente inconcebível que alguém publique *Ética a Nicômaco* com o seu nome como se fosse o autor da mesma. Uma atitude como essa visando à obtenção de credibilidade sem merecimento intelectual, artístico, literário ou de qualquer outra natureza é socialmente reprovável. Então, não se trata de discutir que os casos de plágio intencional, caracterizados essencialmente pela má-fé, são situações em que além de serem rejeitados pelas normas de convivência e relacionamento humano, são passíveis de punições legais. Portanto, algo já existente de forma consensual e consolidada sobre o que não há muito mais a ser dito.

Além do plágio intencional, é comumente conhecido no meio acadêmico que o plágio pode acontecer de forma acidental, ou seja, devido ao desconhecimento das diversas modalidades de ocorrência. Por exemplo, a ocorrência do plágio de fontes pode se dar devido à falta de se fazer uma citação já feita, bem como o plágio de chavão (*apt phrase*) pode acontecer devido à reprodução literal de apenas duas ou três palavras sem que a fonte original seja reconhecida, uma regra que visa a proteger a autoria de expressões como “marcador somático” (Antonio Damásio), “penso, logo existo” (René Descartes), “ser ou não ser” (Shakespeare), “o Estado sou eu” (rei Luís XIV). Também ocorre plágio acidentalmente devido a dificuldades técnicas no emprego das regras de indicação e identificação das fontes, desorganização no uso de conteúdos alheios e até mesmo por motivos culturais. Na cultura chinesa, a memorização e repetição de ideias e textos sem a necessária citação das fontes era uma exigência de um sistema educacional fundamentado nos princípios da tradição confucionista, o que consolidou uma técnica de estudo que apesar da abertura ocorrida a partir de 1978, continua a ser uma realidade (GOW, 2013).

Embora muitas instituições de ensino reconheçam que o plágio pode acontecer de forma não intencional, deixam claro



para a sua comunidade que ainda assim se trata de um problema pelo qual o redator pode ser responsabilizado e proporcionalmente punido. Nesses casos, as instituições já adotaram previamente ações de orientação, esclarecimento, treinamento para que a sua comunidade acadêmica supere as suas limitações e incompreensões sobre o assunto. Da mesma forma, professores e orientadores adotam posicionamentos claros em relação às possíveis ocorrências de plágio em trabalhos entregues por alunos, estabelecendo em seus programas de ensino as regras e sanções imputáveis aos envolvidos. Além disso, é recomendável a todos os membros da instituição a utilização de programas de detecção de plágio, que em alguns casos são adquiridos comercialmente para auxiliar a comunidade acadêmica. Assim, estes procedimentos são adotados previamente com o intuito de educação e prevenção, antes de acontecer a ocorrência do plágio de forma accidental por razões indevidas.

Portanto, a análise do plágio, tanto do ponto de vista intencional quanto accidental, já é algo consolidado com orientações e dispositivos que vêm sendo compartilhados e adotados universalmente. Contudo, diante da constatação de que a ocorrência desse fenômeno se mantém no decorrer dos séculos, envolve parte significativa da comunidade acadêmica e tem despertado a preocupação de professores, editores, instituições de ensino, agências de financiamento de pesquisas e governos. Faz-se necessário ampliar o campo de análise do que se entende sobre o plágio no meio acadêmico, bem como aprofundar a compreensão que se tem em relação a isso indo além de seus aspectos éticos e accidentais, tratando dessa questão do ponto de vista da sua complexidade.

#### 1.4.1 Aprofundando a compreensão e a análise sobre o plágio

Pode-se adotar como um dos pontos de partida possíveis na análise do plágio acadêmico a pressuposição de que se trata de algo relacionado diretamente à autoria. Esses dois aspectos fazem parte de uma mesma realidade, de tal forma que só é pos-

sível falar sobre plágio se se considera a autoria, pois uma coisa se opõe a outra, sendo dessa maneira uma a condição de entendimento e caracterização da outra.

Então, pensar no plágio simultaneamente à autoria leva a constatação de que, de fato, o plágio de forma genérica, ou seja, não apenas no âmbito acadêmico, torna-se um problema que incomoda a sociedade quando surge a noção de autor moderno no século XVIII, por meio da institucionalização autoral do *Copyright Act* na Inglaterra em 1710.

Remonta ao começo do século XIX, por volta de 1810-1830, a passagem do “plágio” em sentido amplo, prática difundida (comunidade de temas, obrigatoriedade de formas, legado da tradição), ao plágio em sentido estrito (roubo de um texto): o plagiário aparece na cena literária. O que até então fora só um expediente inquestionável da escritura, torna-se doravante um problema (SCHNEIDER, 1990, p. 42).

Assim, a partir do momento no qual se passou a entender o autor como o proprietário de sua obra (alguém que tinha assegurado legalmente a utilização de sua criação artística, intelectual ou qual seja com direitos de exclusividade) coincide uma mudança na concepção tida sobre plágio. Até então a produção textual era trabalho de escritores, muitas vezes copistas, cuja ação era naturalmente aceita e compartilhada socialmente. Nesse sentido, é esclarecedora a observação de Hammond (2003) que, embora reconheça a existência do plágio desde a antiguidade, destaca que a partir da Restauração Inglesa o grau de importância e projeção do plágio é novo (apud MARSH, 2007, p. 39, tradução nossa).<sup>8</sup>

Para ter ideia de como a apropriação de ideias alheias não era um problema antes da institucionalização da autoria, sabe-se que parte da obra de Shakespeare é considerada fruto de plágio (SCHNEIDER, 1990, p. 50), da mesma maneira que esse expediente também foi constatado em atividades literárias de Alexandre Dumas (CHAVES, 1995). Além desses exemplos, há

<sup>8</sup> [...] the degree of cultural salience and penetration of plagiarism is new (HAMMOND, 2003 apud MARSH, 2007, p. 39).

casos de plágio no âmbito da Filosofia. Schneider (1990) apresenta passagens de plágio de Pascal, que copiou Montaigne, que copiou Plutarco, que copiou Platão, que considerava a realidade uma cópia do mundo inteligível. Outro exemplo, o trabalho dos monges copistas na Idade Média é reconhecido como fundamental para a preservação do conhecimento da época. Acontece que antes do século XVIII eram enfatizados

os modelos dignos de serem imitados e [que] apresentavam autores contentes de terem reproduzido coisas bem feitas. O leitor conheceu, então, tanto os clássicos quanto o autor, e a imitação é o prazer da meia-palavra, homenagem prestada à grandeza do modelo e, simultaneamente, ao talento do imitador. Os séculos dezenove e vinte defendem antes, sob a forma romântica ou realista, a ideia de uma literatura proveniente de si mesma ou da realidade, mas não da literatura anterior (SCHNEIDER, 1990, p. 44).

Dessa maneira, a preocupação com o plágio entendido como apropriação indevida passa a existir de forma mais acentuada quando essa ação representa um risco aos interesses econômicos de editores e livreiros da modernidade que, a partir da lei de direitos autorais, podiam obter por meio da concessão dos autores o privilégio e a exclusividade na impressão e uso comercial de suas obras.

Portanto, a definição popularizada que se tem até hoje em relação ao plágio, a qual é entendida como “a apresentação de uma obra de outra pessoa como sendo própria”, é uma decorrência da compreensão que se passou a ter do autor como alguém que detém, proprietário de alguma coisa, de um bem. Uma decorrência dessa interpretação acabou gerando as leis de propriedade intelectual e registro de patentes, formas jurídicas de proteção de ideias e inventos considerados originais e inovadores, como uma marca, uma música, um medicamento, uma nova tecnologia, um equipamento ou ferramenta, entre outras coisas. Contudo, há obras da genialidade humana que não são coisas, mas constituem-se de conhecimentos ou habilidades caracteri-

zados essencialmente pela sua imaterialidade, caso da solução de um problema matemático, da criação de um poema, do desenvolvimento de uma teoria, enfim, produções humanas que não podem ser apropriadas por outra pessoa como se fossem algo que se tira de alguém. Isto é, ainda que se declame um poema feito por outra pessoa, se utilize a solução de um problema elaborada por alguém, tais pessoas continuam a deter a sua obra, diferentemente ocorre se isto for alguma coisa que pode ser subtraída. Exemplificando, quando o poeta Marcial na Antiguidade reclama que sua obra estava sendo apresentada por um sequestrador (*plagiarius*) alega-se que a razão mais importante de sua queixa não estava na preocupação com a obra, mas com a dissimulação de sua honra e a imortal fama do seu nome.

O plágio foi condenado em Roma e na Grécia antiga, onde o “roubo literário” foi caracterizada como uma apropriação da honra alheia e da “fama imortal” (LONG, 1991, p. 856). O termo deriva de *Plagiarius*, sequestrar, e significa quebrar uma conexão entre o nome do autor e a obra (STEARNS, 1992; ST. ONGE, 1988). Romper essa conexão é destruir o requisito básico do dom: que seja imbuído do espírito do doador e permanecer conectado a essa pessoa. Esta conexão é um dos motivos de importância do dom: é o que dá ao dom o risco de dar e receber e ajuda a dar-lhe valor (MCSHERRY, 2003, p. 232, tradução nossa).<sup>9</sup>

Dessa maneira, embora a noção moderna do plágio tenha se voltado principalmente para a proteção da obra em função da sua importância ou uso econômico, antes disto a ideia do plágio estava relacionada àquilo que é inalienável, ou seja, que não

<sup>9</sup> “Plagiarism was condemned in ancient Rome and Greece, where ‘literary theft’ was characterized as an appropriation of another’s honor and ‘immortal fame’ (LONG, 1991, p. 856). The term derives from *plagiarius*, to kidnap, and signifies breaking a connection between the author’s name and the work (STEARNS, 1992; ST. ONGE, 1988). To sever this connection is to destroy the basic requirement of the gift: that it be imbued with the spirit of the giver and remain connected to that person. This connection is one reason gifts matter: it is what makes gifts risky to give and receive and helps give them value” (MCSHERRY, 2003, p. 232).

pode ser subtraído de alguém. Declamar o poema de alguém não faz da pessoa um poeta, da mesma forma que utilizar a solução matemática de um problema elaborada por outra pessoa não torna alguém intelectual. A questão essencial, portanto, ao tratar do plágio principalmente no âmbito acadêmico, é mais importante em relação à **AUTENTICIDADE** do que em relação à **ORIGINALIDADE**. A propriedade material de um invento ou qualquer coisa que seja é de fato um problema de direito autoral patrimonial. Contudo, o conhecimento é um bem comum, que é desenvolvido e adquire importância na medida em que é compartilhado, sem que ocorra a subtração desse bem que é algo subjetivo. Qualquer pessoa pode falar e apresentar a compreensão a que se chegou em relação à teoria do efeito fotoelétrico no início do século XX, mas jamais alguém poderá substituir o nome de Albert Einstein vinculado a ela, porque não se trata de algo material, mas sim um produto da subjetividade intrínseca do cientista. Pode-se discutir argumentando se algo é original ou reprodução, mas a questão de fundo que permanece independente da conclusão chegada é se se trata de algo autêntico ou inautêntico, ou seja, há casos em que embora não se tenha originalidade, mantém-se a autenticidade: “Orgulho-me de ter inventado, palavra por palavra, o que traduzi dos outros, escrevia *du Bellay* em 1550” (SCHNEIDER, 1990, p. 44) e Manoel de Barros escreveu: “Repetir, repetir até ficar diferente. Repetir é um dom do estilo” (BARROS, 1993, p.13).

Nesse contexto, a discussão sobre o plágio requer um nível de reflexão que extrapola o alcance do tratamento pragmático, usualmente dado ao tema o qual pode ser caracterizado como **LEGALISTA**, porque é orientado pela manutenção dos padrões convencionais de escrita científica, aqueles que se referem ao cumprimento das normas de reconhecimento de fontes e atribuição de créditos. Esse outro nível de debate que pode ser caracterizado como **COLABORACIONISTA** vem se consolidando com os trabalhos de pesquisa realizados por Lindey (1952), Mallon (1989), Howard (1999), Buranen e Roy (1999), Randall (2001), Kewes (2003) e Marsh (2007) abordando a problemática do plágio, numa perspectiva teórica e histórica, contextualizando-o de forma multidimensional, fazendo interface com

questões políticas, econômicas, estéticas, jurídicas e pedagógicas. Nesse sentido, tais autores questionam o conceito atual de plágio argumentando que se trata de algo que utiliza categorias de identificação caracterizadas por uma noção romântica da autoria, superada pela revolução digital. Além disto, considerando mudanças históricas, caso, por exemplo, das noções de gênero, bem como aspectos culturais como o movimento artístico pós-moderno e a corrente do *ready-made*, as noções sobre a natureza dos processos de criação e reprodução textual também passaram a ser revistos com óticas inovadoras, seja do ponto de vista do feminismo (RANDALL, 2001) como da contracultura (GOLDSMITH, 2011; GROOM, 2003).

Essa linha de reflexão colaboracionista é explorada por Marsh (2007) em seu livro *Plagiarism: alchemy and remedy in higher education*. O foco da discussão de Marsh é a concepção tradicional que se tem do plágio no âmbito acadêmico, como uma consequência reprovável resultante de uma intenção deliberada de má-fé ou falha no processo de cumprimento das prerrogativas de escrita científica, tais como o uso correto de citações e referências. Nessa ótica, o objeto de investigação e discussão do autor é uma análise sobre a evolução histórica do conceito de plágio, das estratégias desenvolvidas para evitá-lo, e em relação a isso o autor especificamente analisa o uso de alguns *softwares* de detecção do plágio (Glatt, EVE, Plagiarism-Finder e Turnitin), os quais “servem para regular a escrita dos alunos e práticas de leitura que lembram as práticas de solução da era pré-computadores e até mesmo pré-industrial” (MARSH, 2007, p. 4, tradução nossa).<sup>10</sup>

A partir disto, Marsh discute que essas estratégias de detecção do plágio, bem como a instrução de técnicas de uso de fontes e atribuição de autoria, cumprem exigências e pré-requisitos que remetem ao surgimento moderno da ideia de plágio, algo diretamente relacionado à criação da propriedade autoral no século XVIII. Considerando isso, o autor argumenta que as mudanças suscitadas pela revolução digital e as atuais concepções sobre a

<sup>10</sup> “[...] serve to regulate student writing and reading practices in ways reminiscent of precomputer, even preindustrial, solutions and remedies” (MARSH, 2007, p. 4, tradução nossa).

natureza do conhecimento como algo de acesso livre e gratuito requerem a revisão do conceito que temos de plágio, mais adequado a esse tempo.

Marsh (2007) adota uma perspectiva histórica e teórica respaldada nos estudos de outros autores com a intenção de ressignificar a compreensão que se tem sobre o plágio na atualidade, considerando-se principalmente as novas tecnologias e o advento da Internet como elementos complicadores dos procedimentos normativos e regulatórios do processo de escrita científica. Para ele, o foco da ação educativa acaba equivocado se limitada à instrução de técnicas de escrita, pois deixa de capacitar os novos acadêmicos no que diz respeito essencialmente à prática de pesquisa e não apenas à elaboração de relatórios. Em suma, o que Marsh faz é problematizar a questão do plágio, superando a abordagem simplista que trata disso como um problema, corrigido com o uso adequado de regras. Para o autor, é preciso ir além da postura de condenação ou até mesmo de condescendência com o plágio, como uma estratégia de autoria subversiva e discuti-lo considerando suas nuances históricas, seu convencionalismo e principalmente os interesses envolvidos na manutenção da ideia clássica de plágio como algo perene. Numa frase, o autor “Enfatiza as maneiras pelas quais os produtores e consumidores de *commodities* textuais participam de práticas discursivas que, por sua vez, servem para definir os autores e os leitores em relação a determinadas categorias sociais” (MARSH, 2007, p. 7, tradução nossa).<sup>11</sup>

Enfim, considerando-se o cenário teórico e prático no qual se insere a reflexão e o debate sobre o plágio, no âmbito acadêmico, parece ter evidenciado a complexidade e os desafios que envolvem esse assunto, indicando que se trata de algo com o que não se pode lidar de forma simplificada ou superficial. Na realidade, além de toda a caracterização feita em relação ao plágio especificamente, faz-se necessário também analisar o que caracteriza o processo de produção autoral, ou seja, àquilo que por

---

<sup>11</sup> “Emphasize the ways in which producers and consumers of textual commodities participate in discursive practices that, in turn, serve to define authors and readers in relation to given social categories” (MARSH, 2007, p. 7).

um lado caracteriza a negação do plágio e que, por outro lado, do ponto de vista histórico, parece ser o que está diretamente relacionado à concepção conservada e defendida do que caracteriza o plágio. Então, nem tudo está dito sobre o plágio e a extensão dessa compreensão depende do estudo e reflexão do que constitui a autoria.